



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO
E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

ADRIANE RIBEIRO DE SOUZA CAVALCANTI

**O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS: ROTINAS PLANEJADAS
NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM**

CAMPINA GRANDE

2014

ADRIANE RIBEIRO DE SOUZA CAVALCANTI

**O LÚDICO NOS ANOS INICIAIS: ROTINAS PLANEJADAS
NA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba como requisito
para obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Guerra

CAMPINA GRANDE
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C376I Cavalcanti, Adriane Ribeiro de Souza
O lúdico nos anos iniciais [manuscrito] : rotinas planejadas
na construção da aprendizagem / Adriane Ribeiro de Souza
Cavalcanti. - 2014.
41 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Maria José Guerra, Secretária de Educação à
Distância".

1. Educação Infantil. 2. Prática de Leitura. 3. Lúdico. . I.
Título.

21. ed. CDD 372.24

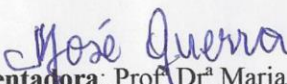
ADRIANE RIBEIRO DE SOUZA CAVALCANTE

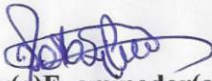
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciatura
Plena em Pedagogia.

Data da avaliação: 02 de agosto de 2014.

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA


Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Guerra
(UEPB)


Professor(a) Examinador(a):
(UEPB)

Dedico este trabalho a todos aqueles que fazem da sala de aula um projeto de vida e, da leitura, um caminho para a construção de uma sociedade melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as maravilhas que vem realizando em minha vida; Agradeço por tudo Senhor, principalmente, pela realização deste trabalho que foi de grande importância para o meu crescimento profissional e pessoal, sem a tua presença não teria conseguido vencer todos os obstáculos que surgiram em minha vida;

Aos meus pais Osmar Batista e Maria de Fátima pelo exemplo de coragem e persistência em suas metas.

Ao meu esposo Raimundo de Sá Cavalcanti pela força e o incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Principalmente aos meus filhos Raimundo Filho e Rafael Cavalcanti que acreditaram na minha capacidade de vencer no currículo.

A minha diretora Jailza Patrícia pelas palavras de incentivo e apoio na escola.

A minha orientadora Prof^ª Dr^ª Maria José Guerra, que acreditou no meu potencial, agradeço pelo apoio, incentivo e aprendizado que enriqueceu ainda mais meus conhecimentos.

A secretária da Educação de Picuí, Amarides Dias e ao Prefeito Rubens Germano que aderiu a nossa formação ajudando na despesa do decorrer do curso.

Obrigado muito especial às minhas amigas de trabalho Ivaneide, Josilene e Silvana dos Santos juntas realizamos mais uma etapa pelos sonhos que se concretizam.

Á minha turma de graduação, pela diversão, pelo aprendizado, pela convivência que tanto auxiliou no meu amadurecimento. Amigas que durante esses anos de faculdade foram minha segunda família, dividindo sonhos, sorrisos, lanches e lágrimas.

Um agradecimento muito especial aos motoristas Nino e Amsterdam que transportavam todos nos com segurança a universidade.

Enfim, a todos os meus professores, que, contribuíram para o meu aprendizado, muito obrigada a todos pelos conhecimentos adquiridos.

“Brincar com criança não é perder tempo, é ganhá-lo; se é triste ver menino sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados, tolhidos e enfileirados em uma sala de aula sem ar, com atividades mecanizadas, exercícios estéreis, sem valor para a formação dos homens críticos e transformadores de uma sociedade.”

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho tem como tema O lúdico nos anos iniciais: rotinas planejadas na construção da aprendizagem. Tem como objetivo geral observar como o lúdico vem sendo utilizado na rotina diária nos anos iniciais, tendo em vista a sua importância para a construção da aprendizagem da criança e, como específicos, identificar quais são as práticas de leitura que despertam as crianças na sala de aula e entender a importância dos diversos textos e suas relações com outras áreas do conhecimento e verificar de que forma os professores do ensino fundamental vem utilizando seu trabalho pedagógico. Esta pesquisa qualitativa com estudo de campo, observação, descrição da prática, registro fotográfico, pesquisa bibliográfica e intervenção sócia escolar efetivada na E.M.E.F. Presidente Tancredo de Almeida Neves, na cidade de Picuí / PB, com os professores alfabetizadores do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar um ensino sistematizado que instigue ao aluno fazer uso da linguagem por meio do lúdico, considerando os diferentes textos de uso, possibilitando as crianças à inserção em diferentes espaços sociais de interação. Este pressuposto é corroborado pelas ideias defendidas por Vygotsky (2000) de que aprendemos na interação, ou seja, as nossas apropriações se dão em nível Inter psíquico antes de se tornarem intrapsíquicos. A finalidade é mostrar que é possível trabalhar o lúdico nas práticas pedagógicas, integrar o que a criança já sabe com novos saberes. Este trabalho teve por base os teóricos Lev. Vygotsky (1994), Vasconcellos (2000), Celso Antunes (2001), entre outros que escrevem sobre o lúdico e a importância do planejamento nas práticas pedagógicas. Acredita-se que o trabalho de Intervenção Socioescolar propicia aos professores a reflexão sobre a ludicidade para a construção da criatividade, autonomia e socialização da criança, favorecendo ainda a compreensão de que a ludicidade, no contexto de sala de aula, pode ser desenvolvida no plano de aula contribuindo no desenvolvimento de novas técnicas didáticas prazerosas e inovadoras.

Palavras Chaves: Lúdico. Planejamento. Prática de Leitura

ABSTRACT

This work has as its theme The playful in the early years: the planned construction of learning routines. Its overall objective is to observe how the play has been used in daily routine in the early years, in view of their importance for the construction of the child's learning and as specific, identify which reading practices that awaken children in the room classroom and understand the importance of the various texts and their relationships with other areas of knowledge and to verify how the elementary school teachers have been using their pedagogical work. This qualitative research study of field observation, description of practice, photographic records, literature and school intervention effective partner in EMEF Tancredo de Almeida Neves, in the city of Picuí / PB, with literacy elementary school teachers, in order to provide a systematic teaching that instigate the student to use language through playful, considering the different texts of use, enabling children to different social spaces of interaction. This assumption is corroborated by the ideas advocated by Vygotsky (2000) we learn that in the interaction, ie our allocations are given in Inter psychic level before becoming intrapsychic. The purpose is to show that you can work the play in teaching practices, integrating what the child already knows to new knowledge. This work was based on the theoretical Lev Vygotsky (1994), Vasconcellos (2000), Celso Antunes (2001), among others who write about the play and the importance of planning in teaching practices. It is believed that the work of Intervention Socioescolar provides teachers reflection on playfulness to build creativity, autonomy and socialization of children and promotes understanding of the playfulness in the context of the classroom, can be developed in the plan lesson contributing in the development of new and innovative teaching techniques pleasurable.

Key words: Planning. Reading Practice

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	RELATÓRIO DE FINAL DE ESTÁGIO.....	15
2.1	A gestão escolar.....	15
2.2	A escola e o aluno da educação infantil.....	20
2.3	A escola e o aluno da educação fundamental.....	26
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	30
3.1	O papel do lúdico nos anos iniciais.....	30
4	CAMINHOS DA METODOLOGIA.....	33
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
5.1	O lúdico na ação pedagogia do professor.....	34
6	CONCLUSÃO.....	38
	REFERÊNCIAS.....	40

1 – INTRODUÇÃO

Na busca de ampliar o conhecimento pelo “lúdico”, faz-se necessário entender o significado da palavra. Lúdico se origina do latim *ludus* e tem o significado original associado à brincadeira, ao jogo, ao divertimento. Acontece que seu significado foi ampliado e passou a ser reconhecido como elemento essencial do desenvolvimento humano.

Segundo Luckesi (2000, apud Grilo et al,2002,p.2) , o que caracteriza o lúdico “ é a experiência de plenitude que ele possibilita a quem o vivencia em seus atos”. Adotado esse entendimento, o significado do lúdico não pode estar restrito apenas aos jogos e brincadeiras. Seria preciso associá-los a algo alegre, agradável, que o indivíduo faz de forma e espontânea.

O lúdico faz parte do cotidiano de qualquer criança desde a mais tenra idade, no entanto, a discussão sobre o relacionamento entre lúdico e a sala de aula deve-se à influência de diferentes abordagens teóricas.

Os teóricos construtivistas defendem a necessidade da participação afetiva do sujeito na construção do conhecimento, evidenciando que, desde os primeiros dias de vida, as brincadeiras se constituem como situações de aprendizagem.

Na perspectiva sócia interacionista também influenciou bastante o pensamento atual sobre o papel da participação e da ludicidade. Leontiev (1988) relata que na infância a atividade principal da criança é a brincadeira e que, com base nela, a criança aprende a interagir e compreende o mundo.

Podemos, portanto, afirmar que autores de diferentes matizes teóricos defendem a ludicidade como base para a aprendizagem. No entanto, há ainda muitos debates sobre qual é o papel do professor nas situações de brincadeiras.

Com base nos estudos sobre Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (1994), é possível afirmar que o professor pode ser um mediador da atividade lúdica. Em determinadas situações, mesmo sendo escolares, ele não precisa ser o centro do ensino, mas também não precisa ser passivo, mas sim, um “mediador”.

A ludicidade é um tema que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente quando a criança sai do Ensino Infantil e ingressa no Ensino Fundamental. É por meio de atividades lúdicas que a criança cria uma zona de desenvolvimento proximal com o meio e o objeto de estudo, pois ela tem a oportunidade de ser aquilo que ainda não é, pode agir como se fosse maior do que é na realidade e pode saber e usar coisas que lhe são proibidas.

“Num contexto onde a escrita e a leitura fazem parte das práticas cotidianas, a criança

tem a oportunidade de observar adultos utilizando a leitura de jornais, bulas, instruções, guias para consulta e busca de informações específicas ou gerais; o uso da escrita para confecções de listas, preenchimento de cheques e documentos, pequenas comunicações e atos de leitura dirigidos a ela (ouvir histórias lidas). A participação nessas atividades ou a observação de como os adultos interagem com a escrita e a leitura gera oportunidades para que a criança reflita sobre o seu significado para os adultos”. (AZENHA, 1999, p. 44).

Nas sociedades de mudanças aceleradas em que vivemos, somos sempre levados a adquirir competências novas e buscar novos horizontes para melhor êxito do que desejamos alcançar, e no âmbito educacional não é diferente, por isso ao trabalharmos com as crianças no Ensino Fundamental temos que recorrer a instrumentos apropriados a essa clientela.

Desde 2010, o Ensino Fundamental de nove anos encontra-se implantado em todo País. Em consequência, muitas medidas vêm sendo tomadas.

A mudança para o ensino fundamental de nove anos, no qual as crianças ingressam com seis anos no primeiro ano e não mais com sete anos na primeira série, faz com que se repense o trabalho a ser realizado, considerando-se as suas características. Ou seja, a proposta pedagógica precisa ter como ponto de referência as peculiaridades infantis, as características de desenvolvimento e aprendizagem e a realidade do contexto socioeconômico e cultural no qual os educandos encontram-se inseridos.

Segundo Piaget (1945), dos dois aos seis/sete anos, a criança encontra-se no estágio do desenvolvimento que é chamado de pré-operatório. Durante este tempo, o pensamento ainda não segue regras muito elaboradas e entrega-se à fantasia. Caracteriza-se por grande imaginação, curiosidade, movimento e desejo de aprender e conhecer através do brincar e do uso de múltiplas linguagens.

“A imaginação é um processo que possibilita a construção do conhecimento de forma diferenciada e é um instrumento de aprendizagem das crianças” (BARBATO, 2008, p.21). A aprendizagem está vinculada ao lúdico, assim como é por meio do faz de conta e de outras linguagens que a criança expressa seu mundo interno.

Além disso, a escola precisa ser um ambiente que permita a ampliação das possibilidades de conhecimento das crianças em situações cuidadosamente “planejada”, que favoreçam o uso da língua em diferentes situações ou contextos sociais.

Considerando-se a necessidade de resgatar a “ludicidade” em sala de aula, desenvolve-se este trabalho de Intervenção sócio escolar com tema principal O lúdico nas séries iniciais: rotinas planejadas na construção da aprendizagem. O tema foi escolhido por

acreditar que é possível trabalhar o lúdico nas práticas pedagógicas, integrando o que a criança já sabe com novos saberes.

Como educadora do Ensino Fundamental nas séries iniciais percebe-se a necessidade e o interesse das crianças de interagir numa cultura lúdica.

Esse tema se justifica pela vontade de encontrar respostas e entender as questões: Entendemos por cultura os significados que os seres humanos dão às suas produções. Aquilo que o ser humano produz vai formando uma teia de significados, isto é, a sua cultura. Por outro lado, a produção lúdica é a capacidade que a criança tem de reordenar os elementos retirados da realidade, organizando novas combinações e produzindo novos significados, ou seja, a própria brincadeira.

Se, por um lado, é importante a presença do adulto para colocar a criança em contato com a cultura, por outro lado, é fundamental que também possamos perceber a criança como um ser que produz cultura. E é principalmente através da brincadeira, na interação com o outro, que a criança se apropria e recria o mundo a sua volta.

Costumo trabalhar com o lúdico e percebo que a produção lúdica é a capacidade que a criança tem de reordenar os elementos retirados da realidade, organizando novas combinações e produzindo novos significados, ou seja, a própria brincadeira.

O objetivo geral do trabalho é observar como o lúdico vem sendo utilizado na rotina diária nas séries iniciais, tendo em vista a sua importância para a construção da aprendizagem da criança e, como específicos, identificar quais são as práticas de leitura que despertam as crianças na sala de aula e entender a importância dos diversos textos e suas relações com outras áreas do conhecimento e verificar de que forma os professores do ensino fundamental vem utilizando seu trabalho pedagógico.

O presente trabalho monográfico foi elaborado através de pesquisa qualitativa com estudo de campo, observação, relato de experiência, registro fotográfico, pesquisa bibliográfica e intervenção sócia escolar efetivada na E.M.E.F. Presidente Tancredo de Almeida Neves, na cidade de Picuí / PB, com os professores alfabetizadores do ensino fundamental, com o intuito de proporcionar um ensino sistematizado que instigue ao aluno fazer uso da linguagem por meio do lúdico, considerando os diferentes textos de uso, possibilitando as crianças à inserção em diferentes espaços sociais de interação.

O trabalho encontra-se dividido em seção e subseção, iniciando com a introdução. No primeiro capítulo mostra a diagnose do relatório de estágio supervisionado em gestão escolar; a legislação educacional e as mudanças na organização e na gestão da escola; gestão democrática da escola pública de educação básica e os órgãos colegiados e os documentos de

uma unidade escolar pública de educação básica num contexto de gestão democrática, mostrando uma visão geral.

O segundo capítulo descreve a intervenção sócio escolar que trata educação infantil no contexto político nacional; A criança na constituição; Elemento fundamental para formação docente e a prática pedagógica e Concepção de cuidar e educar na educação infantil e o terceiro capítulo retrata a extensão do ensino fundamental no contexto nacional;

A importância da observação do estágio na formação do professor e do pedagogo; Refletindo a prática Pedagógica, finalizando com as considerações finais e as referências consultadas para realizar o trabalho.

2-DIAGNOSE DE FINAL DE ESTÁGIO

2.1 A Gestão escolar

A Legislação Educacional e as Mudanças na Organização e na Gestão da Escola

Desde o início da década de 90 as reformas na educação já vinham implementando mudanças na organização e na gestão escolar, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996, isto passa a ser um imperativo. No que se refere à gestão e à organização da educação básica, a LDB 9394/96 introduz importantes mudanças na escola. Na realidade, a referida lei torna uma obrigação para todo o sistema o que se já vinha ocorrendo de maneira esparsa pelo país.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino foi ampliada não só em relação à gestão como também às formas de organização escolar. Para melhor compreender essas mudanças é importante que se faça uma distinção entre o conceito de “organização do trabalho escolar e o de organização escolar”.

A organização do trabalho escolar é um conceito econômico, refere-se à divisão do trabalho na escola. Podemos considerar à forma como as atividades estão discriminadas, como os tempos estão divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia que refletem relações de poder, entre outras características à forma como o trabalho é organizado.

Já o termo “organização escolar” refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado. Das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula, passando pelas metodologias de ensino e processos de avaliação adotados.

Apesar de tratar-se de trabalho docente em estabelecimentos públicos, não se pode deixar de considerar que a escola, tal como existe hoje, está marcada por uma forma específica de organização na sociedade.

Além disso, as mudanças na organização escolar tendem alterar a divisão do trabalho na escola, na extinção de algumas rotinas e na doação de outras, na substituição de certas hierarquias, na demanda por novos procedimentos profissionais.

As reformas atuais contempla na legislação educacional em vigor, sobretudo na LDB n.9394/96, apresenta um reforço ao trabalho coletivo e a necessidade de participação e envolvimento da comunidade na gestão escola.

A referida Lei, no seu Art.12, incumbe os estabelecimentos de ensino, por exemplo, de elaborar e executar a sua proposta pedagógica e ainda articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Para isso, a mesma Lei, no seu artigo seguinte, incumbe os docentes de participarem da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. Com a relação à gestão democrática, prevê no seu artigo 14, que o sistema de ensino definirá as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas particularidades e conforme os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

No seu artigo 23, irá atribuir maior autonomia das escolas para avaliar e classificar os alunos mediante a verificação de rendimento escolar, bem como outras disposições no mesmo sentido.

Congruente à tendência descentralizadora apresentada pela legislação educacional da década anterior, o Plano Nacional de Educação, aprovado como lei, em janeiro de 2001, sob o n. 10.172, irá estabelecer como um de seus objetivos e prioridades a:

Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p.34)

Tais mudanças trazidas pela legislação educacional mais recente irão repercutir no trabalho escolar, sobretudo no papel do diretor.

Gestão Democrática da escola pública de educação básica

Após a Constituição Federal de 1988, temos assistido a mudanças nas formas de escolha do diretor de escola em decorrência do seu artigo 206, inciso VI que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público, o que estará presente também nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

Por tais razões, não há como negar que o perfil do diretor escolar mudou sobremaneira nos últimos anos, tais mudanças são identificadas como resultados de alterações

significativas na rotina administrativa das escolas, a partir das medidas descentralizadoras na gestão educacional por parte do estado e da União, sobrecarregando o diretor.

São vários autores que já falaram em gestão democrática da escola pública. Embora, sendo um tema bem atual, significativo e discutido há um bom tempo, ainda temos uma boa caminhada para nos enquadrar a uma verdadeira gestão democrática onde, por exemplo, decidir pela maioria da comunidade escolar a eleição de gestores, entre outras.

Nesse sentido afirma Paulo Freire:

“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade” (FREIRE, 1995).

Diante da fala do autor, podemos entender que, para que haja democracia no espaço escolar, é preciso haver participação de todos nas tomadas das decisões, onde se respeite as diversas opiniões dando o direito de quem diverge expressar-se.

No estágio tivemos a oportunidade de buscar vários autores para contribuir e auxiliar no conhecimento e entendemos que são fundamentais para qualquer comunidade escolar que deseje vivenciar uma gestão democrática da escola pública. Phontes (2007) ao referir à gestão democrática afirma:

“(…) de nada adianta até mesmo uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se Diretores, professores, pais, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político de autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva” (2007 s.d.).

O que Phontes (2007) afirma procede e traduz a realidade da escola estagiada, no que se refere ao Projeto Político Pedagógico para os professores que atuava no decorrente ano era algo desconhecido. Quando foi apresentado ao grupo estagiário o PPP estava sendo reformulado apenas por um pequeno grupo que já faziam parte da escola. Sendo assim nos leva a entender que a escola não era formada por um conjunto de professores que ensinam de alunos que aprendem e de uma equipe que organiza e orientam professores e alunos, e

também por outros funcionários que apoiam as atividades, todos influenciados pelos valores de uma determinada sociedade.

A constituição de 1988 e outros documentos nacionais também passaram a contemplar a gestão democrática da escola pública. Citemos, por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos (Indicador de Diretrizes da política educacional para o decênio de 1993-2003), que menciona a necessidade da gestão democrática da escola pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que referenda a Carta Magna a seguinte determinação:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (...)

Os órgãos colegiados e os documentos de uma unidade escolar pública de educação básica num contexto de gestão democrática

Os órgãos colegiados são grupos representativos da comunidade escolar, mediante os quais, preferencialmente, a gestão democrática se realiza. Sendo canais pelos quais se efetiva a participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública.

São exemplos de órgãos colegiados: a associação de pais, mestres e funcionários (APMF), o grêmio estudantil, o conselho de classe, o conselho de alunos representantes de sala e o conselho escolar e outros.

Segundo Lucky “eles devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar”. Dentre os órgãos colegiados, o Conselho Escolar é sem dúvida o mais importante. É um órgão que congrega, além da Direção, participantes dos demais colegiados e representantes da comunidade escolar.

O professor Genuíno Bordignon propõe que:

“(...) o conselho escolar deve existir para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Os conselhos – é bom insistir – não falam pelos dirigentes (governo), mas aos dirigentes em nome da sociedade” (2004, p.34).

Destacamos dois documentos da unidade escolar onde estagiamos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar.

Fazendo referencia ao PPP deve ser estendido como um dos principais instrumentos para organização do trabalho e das atividades da escola. Já o regimento escolar é o documento que, aparado nas Constituições Federal e Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, sintetiza o Projeto Político Pedagógico e lhe confere o embasamento legal, devendo, pois ser entendido como a “constituição”, a “lei” da escola.

Nesse sentido,

“(…) o Regimento Escolar, (...), deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e efetivamente, fazer cumprir as ações educativa estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola” (ARCO-VERDE, 2007, p. 08).

Sendo assim, tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Regimento escolar devem obrigatoriamente ser construídos coletivamente por todos os segmentos da comunidade escolar, em especial do Conselho Escolar. Expressando, de forma simples, clara, precisa e completa, o tipo de escola que a comunidade deseja.

2.2A Educação Infantil no Contexto Político Nacional

2.2.1A Criança na Constituição

A constituição de 1988 faz referência a direitos específicos das crianças e define como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado o “atendimento em creche e pré-escola”. A partir de então, a educação infantil em creches e pré-escolas passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança (artigo 208, inciso IV). O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento.

Reafirmando essas mudanças, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação.

Ao definir que “do direito à educação e do dever de educar”, presente no art. 4, afirma que “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil.

A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

A Educação Infantil foi conceituada, no art. 29 da L.D.B., como sendo como sendo destinada às crianças de até 6 anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais .

Aos sistemas municipais de ensino compete o cuidado necessário para a institucionalização da educação infantil em seus respectivos territórios, para que as creches e escolas se enquadrem, no prazo máximo de 3 anos (art. 89), nas normas da L.D.B, isto é, componham o 1º nível da educação básica (exigência do inciso I, art. 21), providenciando sua autorização e exigindo de seus professores a habilitação legal em curso normal ou de nível superior (art. 62). Pelo art. 30 da L.D.B, ficou clara a divisão da educação infantil em duas etapas. A primeira destinada a crianças de até 3 anos de idade, poderá ser oferecida em creches ou entidades equivalentes. A 2ª, para as crianças de 4 a 6 anos de idade, a ser desenvolvida em pré-escolas.

A lei, em seu art. 31, determinou que, na fase de educação infantil, a avaliação deverá ser feita apenas mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança e sem qualquer objetivo de promoção ou de classificação para acesso ao ensino fundamental.

Não podemos negar que muitos aspectos, no que se refere à educação infantil, ainda precisam ser melhorados, mas é possível perceber, por meio desse breve histórico, o quanto esse nível de ensino vem evoluindo ao longo do tempo, na busca de uma educação de qualidade para as crianças.

As Vivências das aulas na Educação Infantil

Elemento fundamental para formação docente e a prática pedagógica

Muitos autores falam sobre a formação e o trabalho do educador de educação infantil que sejam comprometidos com a prática educacional, capazes de responder às demandas familiares e das crianças, assim como às questões específicas relativas a educar e cuidar na educação infantil.

Monteiro ao se referir ao educador afirma:

O educador deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim com diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O educador é o mediador entre crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano (2002, p. 5).

Nesse sentido o estágio é crucial na formação docente, pois permite vivências na educação infantil que possibilitarão a compreensão da dinâmica e realidade da prática nessa área educativa.

O trabalho direto com as crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente.

Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.

Segundo Acre (2001, p.181), o professor de educação infantil é aquele que ensina e que deve possuir competência (que supere a improvisação, o amadorismo e a mediocridade), tenha precisão, rigor filosófico e disciplina metodológica.

Partindo das ideias dos autores, a educação infantil é como um espaço de aprendizagem intencional com a efetivação de um ensino sistematizado. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla e profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve.

São instrumentos essenciais para reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (BRASIL, 1998, p. 41).

Levando em conta essas considerações cabe o professor da educação infantil refletir em relação a sua prática pedagógica com as especificidades dessa faixa etária.

Os estudos de Piaget influenciaram diferentes práticas pedagógicas na educação infantil sobre a aprendizagem que acontece por meio de dois conceitos, a assimilação e a acomodação.

Além disso, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças se estrutura numa rotina diária que através da assimilação a aprendizagem acontece por meio da interação entre sujeito e objeto, esse conhecimento adaptar-se a ela, percebendo as diferenças. Já a acomodação envolve integrar num sistema coerente o que foi adaptado, construindo uma aprendizagem com novos conhecimentos (2001, p.358). Considerando que, para favorecer o desenvolvimento das crianças na aprendizagem, o professor deve propiciar atividades permanentes, seqüências de atividades e projetos de trabalho com situações interativas que envolva desafios para que as crianças reflitam de suas próprias produções.

Observa-se que a prática da professora da escola de campo, não conduzem com essas indagações. As crianças não possuem planejamento diário e registro de observação e a proposta pedagógica da escola encontra-se camuflada.

Segundo Oliveira (2005, p.37), a LDBEN- Lei nº 9.394/96, afirma que a educação infantil passou a integrar a educação básica, o que conferiu uma maior importância a esse

novo nível de ensino. Isso implica que os sistemas de ensino tratem a educação das crianças de forma integral articulando o planejamento curricular da educação infantil e do ensino fundamental.

É de suma importante ressaltar o planejamento das aulas observadas. Quando planejamos as atividades realizadas para cada dia, o professor organiza o seu trabalho e o tempo didático de forma a proporcionar situações significativas de aprendizagem.

Segundo Vasconcellos (2000, p. 35) nos diz que “planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto, é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

No art. 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a avaliação na educação infantil, deve ser mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, não tendo o objetivo de promoção para o acesso ao ensino fundamental. Portanto, no contexto da educação infantil, a avaliação não deve ser encarada como um julgamento, pois seria uma forma de classificar e estigmatizar as crianças, não levando em conta os acontecimentos que acompanham todo o cotidiano em questão.

De acordo com Hoffmann (1996), a avaliação deve ser mediadora, onde “mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento” (p.31).

Nesse sentido, constatamos que a observação e o registro se constituem nos princípios que o professor dispõe para apoiar sua prática. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo em que revelam suas particularidades.

Assim a avaliação passa a ser uma crítica e uma ação transformadora, permitindo ao professor por meio do registro garantir que as crianças sejam avaliadas continuamente de modo mais seguro. Podendo ver seus avanços de modo muito mais claro do que por meio assistemáticos e desorganizados, que podem, muitas vezes, turvar a visão e deixar que imagens sedimentadas sobre as crianças levem a construções negativas acerca de suas potencialidades.

Concepção de Cuidar e Educar na Educação Infantil

Quanto ao conceito de educar, o Referencial Curricular para a Educação Infantil explicita que “educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis” (BRASIL, 1998, p.23).

O mesmo documento afirma, em relação ao cuidar, que “o cuidar precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo”. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir o objetivo dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Nesse sentido o educar e o cuidar na Educação Infantil ocorrem simultaneamente, à organização de atividades que garantam o direito de brincar das crianças [...], pois este constitui um espaço sócio moral fértil na construção dos saberes, considerando-se, também, o direito da mesma aos minutos presentes, a ser o que ela é, um ser brincante (MORENO, 2007, p.58).

Entendemos que a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil.

Para Vygotsky (2007), o brincar é uma atividade que estimula a aprendizagem, pois cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança:

[...] No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob a forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento. (p.134).

Analisando a ideia do autor, brincar é uma ação que ocorre no campo da imaginação, assim ao brincar com o objeto a criança vai percebendo as diferentes dimensões do objeto, isso dará condições de descobrir e construir conhecimento do objeto entre o real e o imaginário.

O ato de brincar desenvolve a aprendizagem cognitiva e o intelectual, contribuindo para a formação da assimilação de conhecimentos da criança, que será levada para sua vida futura.

2.3 A escola e o aluno da educação fundamental

A extensão do Ensino Fundamental no Contexto Nacional

No Brasil foi aprovada há seis anos a Lei Federal n. 11. 274, de 6 de fevereiro de 2006, que instituiu o ensino fundamental de nove anos para todos os sistemas, alternando artigos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN). A matrícula neste nível de ensino passa a incluir a criança de 6 anos de idade e foi definido um período de transição de quatro anos, até 2010, quando todos os estabelecimentos de ensino público e privados vem se adequar a legislação. Em maio 2005, o mesmo Congresso Nacional havia aprovado a Lei nº 11. 114, que implantava a obrigatoriedade escolar às crianças de 6 anos de idade, sem alterar a duração do ensino fundamental de no mínimo oito anos.

O Ensino Fundamental de nove anos trouxe para a rede pública de ensino a oportunidade de a criança ingressar na escola aos seis anos. Esse fato, além de permitir que se ajuste a quantidade de conteúdos apresentados às reais condições dos alunos nas diferentes faixas etárias, proporciona a essas crianças oportunidade de vivenciar um ambiente letrado sistematizado. O que não se pode esquecer é que essa criança também precisa brincar e ser cuidada. Portanto, é também papel da escola contribuir para o desenvolvimento tanto das capacidades motoras e linguísticas como das relações interpessoais, afetivas e éticas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996):

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudo, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomenda.

Notasse que a LDBEN/96 não restringe o ensino a algumas determinadas formas de organização do currículo escolar das mais variadas formas desde que tal opção atenda ao compromisso efetivo com o processo de ensino-aprendizagem da população.

A importância da observação do estágio na formação do professor e do pedagogo

O estágio no Ensino Fundamental propõe ao aluno a compreensão dos aspectos teórico-metodológicos da alfabetização nas series iniciais.

De acordo com Barreiro e Gebran “o estágio [...] pode se construir no lócus de reflexão e formação da identidade ao propiciar embates no decorrer das ações vivenciadas pelos alunos, desenvolvidas numa perspectiva reflexiva e crítica, desde que efetivado com essa finalidade” (2006, p. 20).

Podemos concluir, portanto, que o ato de observar envolve todos os instrumentos: a reflexão, a avaliação e o planejamento, pois todos se inter cruzam no processo dialético de pensar a realidade.

Barreiro e Gebran abordam ainda,

A articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 22).

É fundamental ressaltar a importância do estágio no processo de formação profissional do professor e do pedagogo estabelecendo a relação teoria-prática entre os fundamentos teórico da área e as práticas vivenciadas ou observadas no espaço real da escola.

O estágio surge como um processo fundamental na formação do aluno estagiário. Dessa forma, o desafio é fazer o exercício de compartilhar o conhecimento acadêmico que temos e, ao mesmo tempo, apoderar, tomar parte do cotidiano de sala de aula.

Segundo Pimenta e Lima (2004) comenta que:

O estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia.

Refletindo o pensamento dos autores citados, o estágio trata-se da capacitação do professor, a riqueza dos seus momentos presenciais está na oportunidade de construir em conjunto uma consciência crítico-reflexivo sobre o currículo de sua identidade. Uma identidade profissional se constrói a partir do confronto entre as teorias e as práticas, no seu cotidiano, na sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios.

Partindo do pressuposto que, o trabalho do professor deve propiciar o conhecimento, a reflexão e a análise da escola em todos os seus campos de atuação, assim como as ações educativas desenvolvidas com possibilidades de transformá-lo, um aprendizado teórico que adquirimos ao longo do curso na prática pedagógica.

Portanto, nosso objetivo é o constante processo de aperfeiçoamento até chegar a um patamar aceitável onde possamos dizer que estamos prontos ou assumimos uma sala de aula entre o saber e o conhecer, que passa por uma relação de empatia entre quem aprende e quem ensina.

Refletindo a prática Pedagógica

Garantir que as crianças aprendam a ler e escrever assim que entram na escola é assegurar a todos um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem. Para as crianças é muito importante que haja uma continuidade do processo pedagógico na passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Manter-se atualizado sobre as novas metodologias de ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes é alguns dos principais desafios da profissão de educador.

Nesse contexto é fundamental que a escola/professor esteja articulada com alguns teóricos para novas práticas. O equilíbrio entre inovação e tradição permite refletir sobre o que ensina e o que se faz em sala de aula.

Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico da Escola de Campo privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização.

Para Vasconcellos (1995):

Metodológico que visa ajudar a enfrentar instrumento Projeto é [.. um Pedagógico.] teórico os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição (p.143).

Concordo com Vasconcellos, quando aponta que o PPP implica novas práticas, substituir o que não está dando certo pela inovação pedagógica. A escola desenvolve seu

trabalho numa concepção de educação que considera o estudante sujeito ativo e participativo, capaz de construir seu próprio conhecimento.

É nesse caminho que o professor proporcione múltiplas e variadas alternativas de organização do trabalho permitindo usar melhor o tempo didático e oferecer situações significativas que favoreçam a aprendizagem.

A necessidade sentida de desvendar o cotidiano do professor vem da certeza de que é forma de “construção de conhecimento”. Por meio do lúdico a rotina pedagógica constitui estratégia articulada com os recursos didáticos que ajudam o professor na formação do leitor.

É nessa perspectiva que a abordagem de Vygotsky (1984) sobre a aprendizagem da leitura e da escrita se destaca. Para o autor o melhor método para aprender a ler e escrever é descobrir essas habilidades através das brincadeiras.

Para algumas crianças, essa será a primeira experiência escolar, então, precisamos estar preparados para criar espaços de trocas e aprendizagens significativas, onde as crianças possam, nesse primeiro ano, viver a experiência de um ensino rico em afetividade e descobertas.

Partindo desse pressuposto a relação professor-aluno ocorre quando o professor respeita as diversidades, apoia-se em conhecimentos sobre como funciona a realidade da sala de aula, planeja suas aulas e transmite interesse pelo aprendizado dos discentes, sempre inovando, buscando aperfeiçoar sua profissão.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 O papel do lúdico nos anos iniciais

Ensinar Bem É... Saber Planejar

A ludicidade é um assunto que vem sendo pesquisado, estudado e discutido na área da educação, principalmente na ampliação do Ensino Fundamental de nove anos. O ingresso no ensino fundamental é mais um momento de transição na vida da criança, trazendo-lhe muitas novidades e desafios, às vezes vividos com plena alegria e tranquilidade, outras com insegurança, ansiedade ou medo. Dessa forma, planejar a alfabetização é o desafio diante das inovações pedagógicas.

Segundo Vasconcellos (2000) planejamos o ensino por quê?

Planejar é antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa. O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

Nesse sentido planejamos para fazermos escolhas coerentes, organizar nossas rotinas, ter nossos objetivos delimitados, saber aonde queremos chegar e o que precisamos ensinar aos nossos alunos. Jamais deveremos estar em uma sala de aula, sem utilizar um planejamento, pois esse é um fio condutor da ação educativa.

Através do planejamento o professor organiza seu trabalho e o tempo didático de forma a proporcionar e criar oportunidades diferenciadas para cada estudante.

Podemos desenvolver atividades com foco mais claro no desenvolvimento de habilidades de leitura. As situações de leitura compartilhada ajudam as crianças a desenvolver conhecimentos sobre a escrita e estratégias de leitura que serão mobilizadas nas situações de leitura autônoma, ou seja, aquelas em que elas precisam ler sem ajuda.

Este pressuposto é corroborado pelas ideias defendidas por Vygotsky (1989, 1994) de que aprendemos na interação, ou seja, as nossas apropriações se dão em nível Interpsíquico antes de se tornarem intrapsíquicos.

Através da leitura todos se tornam iguais, com as mesmas oportunidades. A leitura, além de tornar o homem mais livre, possibilita que ele vá a muitos lugares que, sem a leitura jamais iria. "Através da leitura todos se tornam iguais, com as mesmas oportunidades. A leitura, além de tornar o homem mais livre, possibilita que ele vá a muitos lugares que sem a leitura jamais iria" (HOFFMANN, 2009).

Para formar leitores é indispensável criar situações que proporcionem múltiplos contatos com livros e permitam desenvolver em parceria a competência da leitura e o gosto pela leitura. O grande desafio dos professores é desenvolver práticas pedagógicas que favoreçam a formação de crianças, que reconheçam os usos da escrita em práticas sociais e que possibilite a formação de leitores e escritores.

Desse modo as, Obras Complementares surgem como mais um recurso que pode vir articulado com o lúdico e auxiliar os docentes do ciclo de alfabetização nessas práticas pedagógicas. Esses novos recursos didáticos têm surgido para o professor dinamizar e ajudar a melhorar a aprendizagem dos alunos e refletir sobre os métodos tradicionais, que muitos professores ainda optam para ficar no tradicionalismo.

Vygotski (1988), [...] Revela que o imaginário só se desenvolve quando se dispõe de experiências que se reorganizam. A riqueza dos contos, lendas e o acervo de brincadeiras constituirão o banco de dados de imagens culturais utilizados nas situações interativas. Dispor de tais imagens é fundamental para instrumentalizar a criança para a construção do conhecimento e sua socialização. Ao brincar a criança movimenta-se em busca de parceria e na exploração de objetos; comunica-se com seus pares; se expressa através de múltiplas linguagens; descobre regras e toma decisões.

Sabendo da importância do lúdico na aprendizagem do educando é difícil compreender e desenvolver estratégias de inclusão de crianças e de organizar diferentes agrupamentos em sala de aula para trabalhar com os livros complementares e jogos do acervo, ambos são recursos didáticos atrativos que possibilitam estimular a curiosidade, a autoconfiança e autonomia. Brincando a criança experimenta, descobre, inventa e o mais importante aprende, entre outras habilidades.

Nas atividades rotineiras podemos fazer uso do sistema de Mapas Mentais. Mas, o que são mapas mentais? De acordo com Buzan (2005) é a ferramenta para organizar o pensamento, "é a maneira mais fácil de introduzir e de extrair informações do seu cérebro".

Essa organização mental segundo o autor reproduzida no papel permite melhorar a gestão do nosso tempo. Planejar as ações a serem executadas nos dá tranquilidade e segurança. Se no dia a dia é assim, o que dizer do planejamento na atuação profissional? Particularmente no fazer docente, a rotina escolar tem grande importância, pois organiza os tempos escolares favorecendo a aprendizagem.

Celso Antunes (2001) argumenta da seguinte forma:

“Um professor que adora o que faz, que se empolga com o que ensina, que se mostra sedutor em relação aos saberes de sua disciplina, que apresenta seu tema sempre em situações de desafios, estimulantes, intrigantes, sempre possui chances maiores de obter reciprocidade do que quem a desenvolve com inevitável tédio da vida, da profissão, das relações humanas, da turma...”(p.55)

Convém ressaltar que o educador para obter um ensino mais eficiente é preciso aperfeiçoar novas técnicas didáticas consistindo numa prática inovadora e prazerosa. Dentre essas técnicas temos o lúdico e a literatura infantil e juvenil, recursos didático e dinâmico no sentido de despertar neles o imaginário, enriquecer lhes a visão de mundo e desenvolver lhes o senso crítico e a criatividade, ou seja, a leitura trabalhada como espaço aberto, cheio de caminhos diferentes que podem ser percorridos segundo a subjetividade de cada um.

Segundo Paulo Freire, “Não existe docência sem discência. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”.

O planejamento, para ter significado e validade precisa de uma ação participativa por parte do aluno. Assim, o plano de ensino/trabalho deve ser construído, analisado e aprovado em conjunto por professores e alunos. O aluno precisa ser sujeito do plano de trabalho para que assuma a responsabilidade do trabalho junto com o professor.

Para Oliveira (2007, pg.21) "planejar é pensar sobre aquilo que existe, sobre o que se quer alcançar, com que meios se pretende agir". O ato de planejar exige alguns aspectos básicos a serem considerados como: o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas, para que o planejador as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar.

Constatamos que, para organizar a rotina semanal o professor precisa definir os conteúdos a serem priorizados e conhecer as necessidades dos alunos para planejar atividades a promover a reflexão e, conseqüentemente, o avanço de cada um.

4.0 CAMINHOS DA METODOLOGIA

Esta pesquisa quanto aos objetivos pode ser classificada como de natureza exploratória e descritiva. É exploratória porque objetiva conhecer, observar e ressaltar a importância da ludicidade no desenvolvimento da criança como um dos elementos imprescindíveis no processo ensino-aprendizagem. E é descritiva porque o resultado da pesquisa será apresentado de forma minuciosa mostrando todas as possibilidades de uso de recursos relativos ao tema estudado.

Quanto à pergunta e aos procedimentos a pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e estudo de caso. Para alcançar os objetivos da pesquisa, conseguir as informações e dados necessários foi indispensável à utilização de alguns procedimentos, que são a consulta bibliográfica para obter embasamento teórico; livros, revistas, apostilas, coleções do Ministério de Educação e sites, a fim de nos aprofundarmos sobre o tema escolhido.

A pesquisa de Campo ocorreu por meio de conversas entre professores e discussão e reflexão das práticas no cotidiano escolar.

O objetivo de obter a opinião e averiguar como os alfabetizadores das séries iniciais planejam sua aulas com nível de conhecimento sobre o lúdico.

Quanto à abordagem é a qualitativa, neste sentido os procedimentos utilizados para a coleta de dados serão: relatos de experiências, plano de aula interdisciplinar e observação de conversas entre professores em relação a uma prática pedagógica.

A pesquisa realizada delimita-se a uma escola de Ensino Fundamental Presidente Tancredo de Almeida Neves, localizada no município de Picuí- PB, entre os meses de junho a fevereiro de 2014.

5.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

5.1 O lúdico na ação pedagogia do professor

A partir das observações na escola de campo os professores distribuem os conteúdos de cada disciplina a ser enfocados na semana e a organização da turma (trabalho individual, em duplas, em grupos). Considerando a gama de habilidades e conteúdos a serem enfocados em cada disciplina, priorizam a atenção para a Língua Portuguesa, contempla a leitura, a produção de textos, a oralidade e a análise linguística. E potencializa os conteúdos por meio de atividades permanentes, sequenciadas, de sistematização ou projetos, objetivando a construção de competências leitora e escrita. Lembramos que:

- *Atividade permanente* é aquela que acontece todo dia ou de forma frequente, como a leitura diária de textos de gêneros diferentes (a cada dia ou semana o professor elege o gênero – poesia, texto jornalístico...);
- *Atividade sequenciada* faz jus ao nome, ou seja, obedece a uma sequência encadeada, sendo que o conteúdo a ser enfatizado necessita do que foi realizado e aprendido anteriormente;
- *Atividade sistematizada* não depende sempre de contextualização e se relaciona, por exemplo, com a apropriação do sistema de escrita alfabética (bingo de letras do alfabeto, de nomes, montagem e desmontagem de palavras com o alfabeto móvel, identificar palavras que rimam e descobrir palavras dentro de palavras etc);
- Projetos são situações didáticas comprometidas com uma finalidade e produto final, tem começo, meio e fim.

Devemos levar em consideração a preocupação dos grupos pelas atividades diversificadas, já que nem todos os alunos encontram-se nos mesmos níveis de aprendizagem.

A atividade diversificada relacionava-se a mesma atividade ser dada a todos os alunos, porém a intervenção do docente considera a necessidade de cada aluno ou grupos de alunos.

Entretanto, outros momentos se interpõem, quando deparamos com alguns educadores planejando suas aulas próximas a chegada das crianças.

Quando não elabora a tarefa de casa e permite copiar a tarefa da outra amiga. Explora o livro didático como o único recurso pedagógico.

Considerando o que foi dito, é possível afirmar que esses educadores são coniventes e submissos ao tradicionalismo, o aluno não tem participação ativa no processo de aprendizagem, a parte ativa é do professor que fala e interpreta o conteúdo o aluno apenas recebe o conhecimento e reproduz de maneira mecânica.

De acordo com Mário Quintana “Os livros não são capazes de mudar o mundo, quem muda o mundo são as pessoas, os livros só mudam pessoas”.

Dentre os vários tipos de materiais escritos, os gêneros literários do acervo complementar ocuparam lugar de destaque, pois foram garantidos pelos professores da escola de campo, na construção do “cantinho de leitura”, nos momentos de “leitura-deleite” em que eles promoviam situações diversificadas e prática de ensino, as sequencias didáticas.

A leitura realizada diariamente envolve os livros do acervo complementar por meio do PNLD e os acervos da biblioteca escolar, como também os que fazem parte dos acervos dos próprios professores ou de cantinhos de leitura presentes nas salas de aulas. O cantinho de leitura teve destaque pela organização de espaços atrativos e aconchegantes e a leitura mediada pelo professor alfabetizador.

O Cantinho de Leitura é um espaço, dentro da sala de aula, utilizado para despertar nos alunos a prática da leitura. Nele, os alunos terão de pronto, acesso às leituras diversas do conhecimento humano. Um acervo diverso e atualizado, o suficiente, para subsidiar professores e alunos no desenvolvimento dos conteúdos e projetos em pauta naquele momento.

Os professores têm em suas mãos uma preciosa ferramenta “ literatura Infantil” que pode possibilitar o desenvolvimento intelectual e pessoal de seus alunos. Sendo assim, o professor pode atuar desenvolvendo ao decorrer de suas aulas, leituras compartilhadas e leituras livres.

A prática da leitura se faz presente em nossas vidas desde o momento em que começamos a compreender o mundo à nossa volta. Quando pesquisamos sobre o nosso registro, lemos jornais e revistas, no trabalho, lazer ou mesmo em nossa rotina, como fazer compras ou ler um bilhete, lemos e-mails para interagir com as pessoas, lemos romances e contos para nos distrair.

Sabemos que todas as crianças têm condições de aprender e se desenvolver. Um

resultado que depende de muito trabalho, dedicação, cuidado, atenção, carinho e investimentos dos governos, das escolas, professores, famílias e a mobilização vigilante de toda a sociedade. É nessa trajetória que o Acervo está disponível às salas do ciclo (1º ao 3º ano) é, portanto, um material que pode integrar diferentes estratégias didáticas e momentos de aprendizagem para as crianças, contribuindo para que estas participem de práticas de leitura com finalidades diversas e para que comecem a experimentar a sua própria produção escrita.

O lúdico não está apenas no ato de brincar, está também no ato de ler, no apropriar-se da literatura como forma natural de descobrimento e compreensão do mundo. Atividades de expressão lúdico-criativas atraem a atenção das crianças e podem se constituir em um mecanismo de potencialização da aprendizagem. Vygotsky (1994) destaca o papel do meio social e cultural na formação do indivíduo, o lúdico tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança.

Partindo dessa compreensão a organização do trabalho pedagógico da escola de campo segmenta um currículo para atender com especificidade as turmas de 1º ano do ensino fundamental. Propostas pedagógicas não só dos seis anos, mas também dos anos subsequentes, promovendo a alfabetização e o letramento, além de aprendizagens ligadas às demais áreas de conhecimento.

Além disso, ligadas a essas reflexões, as dimensões do lúdico na organização do trabalho pedagógico, possibilitando aos alunos conviver em grupos, tomar decisões, fazer escolhas e descobertas, usufruindo e reproduzindo brincadeiras e expressões artísticas que fazem parte do acervo cultural da humanidade.

Por meio de conteúdos ligados a diferentes áreas de conhecimento no início da escolarização e no processo de letramento, trabalhar com gêneros também podem ser ensinados na escola de forma desafiadora. É nesse contexto que os educadores através de planejamento, a *sequencia didatica*, organizam de forma sequencial para um determinado tempo os conteúdos relacionados a um mesmo tema, um gênero textual específico de forma interdisciplinar.

Com uma proposta voltada para o ensino da língua, Schneuwly, Dolz e colaboradores (2004) consideram que uma sequencia didática tem a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor um gênero de texto levando-o a escrever ou falar de forma mais

adequada numa situação de comunicação. O trabalho escolar se organizará em função de um conjunto de atividade, sobre gêneros que o aluno não domine.

Para esses autores, a estrutura de base de uma sequencia didática obedece a um esquema em que são distintos componentes de forma sequenciada.

- *Primeira observação:*conforme o planejamento da professora do 3º ano, a sequencia foi intitulada “ Conhecendo Aves”,tendo por propósito possibilitar aos alunos conhecimentos sobre diferentes tipos de aves, suas características, estabelecendo diferenças com outros tipos de animais. A professora definiu trabalhar nessa sequencia com legenda, visando a organização de um álbum. No entanto , foram introduzidos na sua prática outros gêneros textuais que subsidiaram a produção de gênero focalizado. Além de conteúdos relacionados aos componentes curriculares Língua Portuguesa e Ciências, a professora envolveu os alunos também numa atividade de Matemática. A sequencia teve duração de duas semanas, sendo distribuída num total de seis aulas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse estudo evidenciam que o lúdico é uma forma facilitadora de aprendizado. Com ele a criança desenvolve aspectos afetivos, cognitivos, motores e sociais, podendo assim interagir com o meio em que vive de forma dinâmica e prazerosa. Todos esses aspectos podem ser lúdicos dependendo de como foram planejadas.

Destacamos ainda que, o lúdico não pode ser ignorados nas fases iniciais da escolarização e na vida da criança e, infelizmente, é o que acontece quando muito professores, em função de não terem acesso a informações mais precisas sobre o lúdico, acabam agindo de maneira tradicional, deixando de utilizar esse elemento facilitador no processo de formação de um cidadão crítico e reflexivo.

Ao buscar respostas para essas indagações, não cogitei supervalorizar a escola de campo, embora esteja hoje atuante no caminho certo para o processo ensino-aprendizagem das crianças e na formação de professores alfabetizadores. Ao mitificar o lúdico como articulador na rotina diária do professor evidenciou resultados gratificantes.

A formação continuada incentiva os professores para trabalharem de forma dinamizadora, criando atividades que possam chamar a atenção da criança no ambiente escolar, possibilitando a construção de ideias e conceitos que contribuam na sua vida como seres que vivem, lutam e participam em uma sociedade que precisa lutar pelos direitos humanos.

São muitas mudanças em ação no planejamento, portanto o bom êxito de toda atividade lúdica pedagógica depende exclusivamente do adequado preparo e liderança do professor.

A análise que ora eu faço tem seus limites e suas limitações, a realidade observada dessa prática na pesquisa mostra que, com o passar do tempo, esta dificuldade também sendo superada. Embora alguns educadores não concordem com essa prática. Mas, na educação, o agora é mais importante que o ontem, devendo servir de base para as decisões do amanhã e um estudo detalhado de todas as questões permitirá mudanças gradativas que não devem servir apenas para a escola em questão, mas também para professores e

administradores escolares que, assim, oferecerão melhores condições de crescimento e aproveitamento na escola.

Para finalizar é importante relatar que a sequência didática vivenciada nas turmas do ciclo de alfabetização estimulou bastante a linguagem oral e a escrita, até mesmo das crianças mais tímidas. Isso resultou que há um avanço teórico crescente na prática pedagógica capazes de implementar os estudos realizados de maneira eficaz para o aprendizado das crianças.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino** elemento articulador da formação do professor. IN: BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. *Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido e Lima, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2º ed. São Paulo; <http://amandajozanaeziquiel.blogspot.com.br/>

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e Projeto**.

PIAGET, Jean. *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973. Disponível em: <<http://fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC%20Daniele%20-%20Final.pdf>

Novo bem-me-quer alfabetização 1. Matemática (Ensino fundamental) I. Bordeaux, Ana Lúcia. II. Rubinstein, Cléa. III, França, Elizabeth. IV Ogliari, Elizabeth. V. Miguel, Vânia. VI Borges, Eduardo. VII. Pita, Mário

MENEGHETTI, Antônio. **Nota sobre “afetividade” in manual de ontopsicologia**.

3ª ed. Recanto Maestro, 2004. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Afetividade>. Acesso em: 10/06/2014

HOFFMANN, Jussara. **Delineando relatórios de avaliação**. In: Coletânea de textos didáticos 6: Curso de Pedagogia. 2012. p 179-180.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Acervos complementares: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento/ Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica – Brasília: A secretaria, 2012. 140p. il.*

BRASIL. Secretaria de Educação Básica e Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno*

de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional – Brasília: MEC, SEB, 2012.p.5

Cavéquia. Marcia Paganini. **A escola é nossa: letramento e alfabetização. 1º ano** / Marcia Paganini Cavéquia. – São Paulo: Scipione, 2011. – (Coleção a escola é nossa)

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino–aprendizagem e projeto político–pedagógico. São Paulo, Libertad, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação social mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994

_____, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins

Fontes, 1998

Buzan, Tony. **Mapas mentais e sua elaboração:** um sistema definitivo de pensamento que transformará a sua vida. São Paulo: Cultrix, 2005.

ANTUNES, Celso. **Jogos para Estimulação das Múltiplas Inteligências.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares:** Uma estratégia de gestão democrática da escola pública:Brasília: MEC/ SEB, 2004.p. 59. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar.** 6ed. São Paulo: Olho D'água, 1995.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar.** Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, Curitiba, 2007, p. 08.

PHONTES, Leonora. In: **Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico na Escola.**

Disponível em

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/md_benedito_borges.pdf. Acessado em 20/06/2014, às 20h25minh.

BRASIL, Ministério da Educação. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Plano Nacional de Educação. Brasília. 2001.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.90394/96 de 20 dez.1996.

Referenciais curriculares nacionais para a educação infantil. **Documento introdutório**. Versão preliminar. Brasília: MEC/SEF, 1997

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na Pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996. (cadernos Educação Infantil).

MORENO, Gilmar Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de Educação Infantil.** In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (org). Trabalho pedagógico na Educação Infantil. Londrina-Pr: Humanidades, 2007. p. 58.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** 7º Ed. São Paulo. 2000

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. *Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos.* 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes.

<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev03-07.pdf> .Acesso 20de junho de 2014

<http://blogprofessoramari.blogspot.com.br/2012/12/a-avaliacao-e-formacao-docente-na.html>
 acessado 22 de junho de 2014
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012742.pdf> acesso 22 de junho de 2014

ANTUNES, C.A. **Construção do Afeto.** São Paulo. Augustus. Editora. 4ª edição

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro.** 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

GRILO, Ana Paula Santiago, QUEIROZ, Cátia Souza de, SOUZA, Ionara Pereira de Novais, PINTO, Rita de Cássia Silva. **O Lúdico na formação do professor.** Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador – BA, 2002. Disponível em: < www. Periodico-dacapes. Com > . Acesso em : 3 de outubro de 2009.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Os princípios psicológicos da brincadeira pré – escolar. In VYGOTSKY, Lev Semenovitch; LURIA, Alexander; LEONTIEV. Alexei Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem** . São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.